

Inauguração do Escritório do Mecanismo de Apoio da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

IPEA, 3 de março de 2026.

Boa tarde a todas e a todos.

Em nome da Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, agradeço ao Ipea por nos receber e cumprimento as autoridades presentes, representantes de governos, organismos internacionais, bancos multilaterais e organizações da sociedade civil que constroem, conosco, esta agenda. Cumprimento, em especial, o Ministro Wellington Dias, a Presidenta do Ipea, Luciana Servo, e o Diretor do Mecanismo de Apoio da Aliança Global, Renato Godinho.

Hoje é um marco: inauguramos, aqui no Ipea, o escritório do Mecanismo de Apoio da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza – uma entrega central da presidência brasileira do G20. A Aliança nasce com um objetivo claro: criar um mecanismo prático para acelerar resultados rumo aos ODS 1 e 2, superando a fome e reduzindo a pobreza com escala e efetividade.

Esta inauguração tem, portanto, um sentido muito especial. Ela é mais um passo concreto para dar densidade à cooperação inaugurada com a Aliança e convertê-la em resultados: alimento na mesa, renda, proteção social e serviços públicos funcionando para quem mais precisa.

A força da Aliança está no seu desenho, sustentado por três pilares complementares: o pilar **nacional**, que reforça o compromisso político e a implementação de programas pelos próprios países; o pilar **financeiro**, que mobiliza recursos e integra doadores, bancos multilaterais e filantropias; e o pilar **do conhecimento**, liderado tecnicamente pelo escritório que hoje se instala no Ipea, responsável pela curadoria da Cesta de Políticas Públicas.

Entre esses pilares, quero destacar o nacional – porque ele é o que dá sustentabilidade ao esforço. A atuação dos países é central: erradicar a fome exige protagonismo no financiamento dos próprios programas, com continuidade e previsibilidade. A cooperação internacional é essencial – apoia, acelera, melhora desenho e execução –, mas não substitui a mobilização doméstica. A cooperação ajuda muito, mas o compromisso nacional é insubstituível.

E, para ser real, esse compromisso precisa aparecer onde as escolhas públicas ganham forma: nos instrumentos de planejamento e orçamento. Responsabilidade/sustentabilidade fiscal deve caminhar junto com responsabilidade social. Ao assegurar espaço no orçamento para a segurança alimentar e a proteção dos mais vulneráveis, um país sinaliza, na prática, que todas as vidas e todos os futuros

importam. Esse é, talvez, o indicador mais direto do compromisso político de uma nação com a sua população.

No Brasil, esse compromisso não é apenas simbólico: ele está institucionalizado. O combate à fome é uma das seis prioridades do nosso Plano Plurianual, o PPA Participativo¹, principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal. E ele foi construído alinhando metas governamentais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esse alinhamento dá direção, organiza prioridades e funciona como bússola para a alocação de recursos, conectando planejamento, orçamento e resultados.

Para além disso, sabendo que o alcance do desenvolvimento sustentável, inclusivo e justo vai além das metas estabelecidas para 2027 e requer compromisso contínuo, que perpassasse os ciclos políticos, elaboramos um plano de longo prazo, que mira 2050². A erradicação da pobreza, a erradicação da fome e a redução das desigualdades estão no centro dessa estratégia, que coloca as pessoas como pilar principal do desenvolvimento do nosso país.

Quando um país tem clareza de prioridades e persevera na direção escolhida, os resultados aparecem, e podem aparecer rapidamente. No caso brasileiro, os indicadores mostram avanços relevantes, como a saída do país do Mapa da Fome pela segunda vez e a redução da pobreza a patamares historicamente baixos, com mais de 8,6 milhões de pessoas deixando essa condição em 2024.

Ao mesmo tempo, não podemos ignorar o contexto em que operamos, e que torna a missão mais desafiadora. A instabilidade internacional e as restrições na ajuda externa afetam a previsibilidade e a disponibilidade de recursos. Em um cenário de recursos globais mais escassos, eficiência e focalização deixam de ser preferências e passam a ser imperativos. Cada real, cada dólar, cada euro precisa gerar o máximo de impacto possível. Isso exige coordenação, evita duplicações e coloca a evidência no centro.

É exatamente por isso que a Aliança é tão importante, e por isso o desenho do Mecanismo de Apoio faz sentido. Precisamos de um arranjo capaz de conectar demanda

¹ A lei do PPA 2024-2027, Lei 14.802/2024, estabelece seis prioridades: I - combate à fome e redução das desigualdades; II - educação básica; III - saúde: atenção primária e atenção especializada; IV - Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC; V - neointustrialização, trabalho, emprego e renda; e VI - combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática. Desde a instituição do Plano, a seleção de metas e prioridades dos projetos de Leis de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) são definidas com base nas prioridades do PPA e as respectivas ações orçamentárias são especificadas no projeto de lei orçamentária anual (PLOA). O Ministério do Planejamento e Orçamento tem se empenhado para integrar os instrumentos de planejamento e orçamento e fazer com que as prioridades nacionais sejam refletidas no orçamento anual. Saiba mais em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento>

² Trata-se da Estratégia Brasil 2050, primeiro planejamento de longo prazo participativo do Brasil. O documento foi construído entre 2024 e 2025, e contou com contribuições de mais de 130 instituições e 5 mil pessoas, das cinco regiões brasileiras, além da participação ativa das 27 secretarias de estado de planejamento de todas as Unidades da Federação e da validação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDESS) e do Conselho da Federação. A Estratégia tem como metas principais: dobrar o PIB *per capita* até 2050; erradicar a pobreza em todas as regiões; reduzir a desigualdade de renda em 18%; e alcançar a neutralidade de GEE até 2050. Ela está estruturada em três eixos, interconexos e indivisíveis (como os ODS), que se desdobram em 18 objetivos nacionais de longo prazo, todos com indicadores-chave e metas para 2040 e 2050. O primeiro desses objetivos é: "Erradicar a fome e a pobreza, com redução de desigualdades socioeconômicas, garantindo equidade de gênero e equidade étnico-racial." Saiba mais em: <https://gov.br/Brasil2050>.

e oferta com agilidade e de organizar soluções comprovadas para que os países possam adaptar e escalar o que funciona.

Nesse esforço, vale sublinhar um ponto decisivo: integração financeira e cooperação coordenada. Bancos multilaterais, agências bilaterais e filantropias podem – e devem – atuar de forma integrada para apoiar programas nacionais estruturados. A fragmentação custa caro: consome tempo, capacidade administrativa e, muitas vezes, resultados.

Além disso, o financiamento internacional precisa reforçar a capacidade institucional dos governos, garantindo sustentabilidade, coordenação e aprendizagem no médio prazo. É preciso fortalecer o que dá permanência: planejamento, orçamento, compras, gestão de dados, capacidade de execução e, sobretudo, capacidade de monitorar, avaliar e corrigir rotas. Nessa lógica, a qualificação do gasto – inclusive por meio de revisão de gastos – é parte do caminho para proteger prioridades e ampliar o impacto de cada recurso aplicado.

Por fim, destaco um elemento decisivo para a credibilidade e a eficácia da Aliança: monitoramento, avaliação e evidência. O sucesso da Aliança não será medido pela quantidade de reuniões, nem pelo número de compromissos assinados. Ele será medido por redução real da insegurança alimentar, por queda da pobreza e por proteção efetiva às famílias. Para isso, monitoramento constante e avaliação criteriosa são indispensáveis. Esses processos possibilitam saber o que funciona, ajustar o que não funciona e aprender mais rápido do que os problemas se reorganizam.

E é por isso que a inauguração do escritório da Aliança Global no Ipea é tão simbólica. Um mecanismo que pretende apoiar países com políticas baseadas em evidências precisa ter, no seu coração, uma instituição com reconhecida capacidade e credibilidade na análise, na avaliação e na produção de conhecimento público.

Concluo com a mensagem que gostaria que orientasse esta inauguração: protagonismo nacional com espaço fiscal e compromisso político; qualificação do gasto para proteger prioridades; cooperação internacional integrada que fortalece governos; e evidência para sustentar resultados.

Desejo à equipe do escritório sucesso e muita coragem na condução dos trabalhos. Vivemos tempos incertos e conturbados, que exigem coragem para que continuemos a agir em prol do que realmente importa, que é transformar e melhorar a vida das pessoas.

Que este escritório seja mais um instrumento para transformar cooperação em capacidade; capacidade em entrega; e entrega em dignidade.

Virgínia de Ângelis
Secretária Nacional de Planejamento